



REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO ESTADO NA PRODUÇÃO DA RIQUEZA NACIONAL¹

REFLECTIONS OVER THE ROLE OF THE STATE IN THE PRODUCTION OF NATIONAL WEALTH

Flávio dos Santos Oliveira²

Resumo

O artigo discute o papel do Estado na criação da riqueza nacional no contexto de transição para a sociedade capitalista segundo Adam Smith. O procedimento metodológico de revisão da literatura analisada apoiar-se-á no método histórico-linguístico proposto por John Pocock em suas reflexões sobre as intrínsecas relações que se estabelecem entre o contexto linguístico, entendido como recurso cultural disponível em uma época, e o contexto histórico no interior do qual está inserido o autor estudado. Intentar-se-á mostrar que Adam Smith, como um pensador situado no universo cultural daquilo que se denominou Iluminismo Escocês, não somente assentou as bases para o estudo científico dos fenômenos econômicos, mas também teve contribuição importante no campo da teoria do Estado, de acordo com a perspectiva liberal.

Palavras-chaves: 1. Adam Smith. 2. Liberdade. 3. Liberalismo. 4. Mercantilismo.

Abstract

This paper discusses the States role in the creation of national wealth in the context of the transition to a capitalist society, according Adam Smith. The methodology of revision of the literature is based on in the historical method suggested by John Pocock in his studies over the close connection between the linguistic context, comprehended as cultural resource available in each epoch, and the historical context, inside of which the author is situated. The paper will tempt to show that Adam Smith, as a thinker situated in the cultural universe currently called Scottish Enlightenment, not only founded the basis for the scientific study of the economic phenomenon, but also gave notable contributions to the construction of the Theory of the State according to the liberal perspective.

Keywords: 1. Adam Smith. 2. Freedom. 3. Liberalism. 4. Mercantilism.

¹ Submetido em 23/12/2013, pareceres emitidos em 23/01/2014 e 26/05/2014, aprovação comunicada em 18/06/2014.

² Doutorando no Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: <flavionegef@hotmail.com>.



1 CONTEXTUALIZAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

No século XVIII, a Escócia passava por um momento de significativa produção filosófica e cultural que, em grande medida, refletia suas condições políticas e econômicas vigentes. Trata-se não somente de um período de estagnação das atividades comerciais devido às guerras e aos sucessivos colapsos da produção agrícola, mas também de perda de sua autonomia política, sobretudo, a partir de 1707, quando a Escócia passou a ter uma pequena fração das cadeiras no novo parlamento britânico, o que deixou seus representantes com pouco poder para influenciar de modo direto na condução do governo (CERQUEIRA, 2005, p. 11).

O século XVIII foi também um período de exacerbação dos conflitos entre novas e velhas ideias. Na esfera econômica, por exemplo, duas correntes dominavam a cena europeia, a saber, o mercantilismo e a fisiocracia. A primeira considerava que a base da riqueza residia na acumulação de ouro e prata. Por isso, para realizar tal finalidade, o Estado deveria ditar leis de comércio, estabelecendo tarifas alfandegárias e proibições à exportação, bem como outorgar patentes de monopólio a pessoas e companhias para comercializar diversos produtos. Por outro lado, a fisiocracia, do grego Φύσις (Natureza) e κρατός (poder), considerava o sistema econômico como um “organismo” regido por leis naturais, ou seja, por mecanismos que independem da vontade humana. Assim, apregoava que a liberdade de comércio, entendida como força primária da riqueza social, era necessária para que os produtos da terra enriquecessem o Estado (NAPOLEONI, 1988, p. 23).

Nesse período, muitos eminentes pensadores e homens de negócios defendiam com veemência que era necessário haver uma grande quantidade de ouro e prata para custear as despesas provenientes da manutenção de uma imensa máquina administrativa e de uma vasta esquadra de navios e exércitos profissionais. Sobre essa questão, Colbert, um dos maiores expoentes dessa concepção, expressava a finalidade de sua política nos seguintes termos. “O comércio é a fonte das finanças, e as finanças são o nervo vital da guerra” (HECKSHER, 1943, 463).

Como se sabe, ao longo do século XVIII, as guerras envolvendo diretamente a Inglaterra tornaram-se frequentes, pois com a ascensão de Guilherme de Orange



ao trono inglês, o rei Luís XIV passou a defender os direitos dos Stuart ao trono. Isso acarretou uma guerra de nove anos entre a França, de um lado, e a Inglaterra e Holanda, de outro. Algum tempo depois, a França vai se imiscuir na sucessão da coroa espanhola e na sucessão austríaca – o que leva os ingleses a acusá-la de tentar estabelecer uma “monarquia universal” na Europa. Tudo isso desencadeia uma nova série de guerras que se estenderá por quase todo o século, envolvendo, é claro, não só o território europeu, mas todos os territórios coloniais ultramarinos (POCOCK, 2003, p. 12).

As guerras do século XVIII haviam se tornado uma atividade extremamente dispendiosa, não somente por causa do desenvolvimento de novas tecnologias militares, mas também porque os países envolvidos, devido às sucessivas guerras, viram-se na contingência de manter um exército continuamente pronto e pago para o combate, em vez de recrutá-lo e dispensá-lo tão logo uma guerra terminasse. Além disso, à medida que a Inglaterra se tornava uma potência colonial, organizava um aparato militar e administrativo que cuidava tanto de suas fronteiras “naturais”, quanto de suas novas fronteiras coloniais e de seus novos súditos do ultramar. Com efeito, no auge de suas atividades expansionistas, os gastos do governo cresceram de cerca de 2 milhões de libras como usualmente ocorria em tempo de paz, para 150 milhões de libras, isto é, 75 vezes (POCOCK, 2003, p. 12).

A fim de resolver essa galopante crise financeira, um emprego sem precedentes de empréstimo de particulares à Coroa teve de ser mobilizado. Em seu conjunto, o sistema ficou conhecido como o “Crédito Público” ou “Dívida Nacional”. Esse fluxo contínuo de crédito sustentava-se na promessa do governo inglês de pagar a dívida no futuro, entre outras, através dos impostos de seus cidadãos. Embora para alguns, isso significasse chances contínuas de crescimento do comércio e da manufatura, para outros, significava uma perigosa hipoteca feita pelo governo dos bens de seus cidadãos (POCOCK, 2003, p. 13).

Como um pensador inserido nesse complexo ambiente político e cultural, Adam Smith propôs uma solução radical e inovadora para a questão atinente ao fortalecimento do Estado. Em seu entendimento, o Estado forte, ao contrário do pensamento em voga, não seria necessariamente aquele que dispõe de prerrogativas extraordinárias para intervir na economia, visando acumular uma



grande quantidade de ouro e prata em seus cofres, mas sim aquele que dispõe de um abundante estoque de capital, que, em caso de emergência, possa ser usado tanto para financiar as despesas de guerra, quanto para custear o ônus da administração pública, sem, no entanto, espoliar os cidadãos de seus bens.

Posto isto, se se entender o mercantilismo como um conjunto de práticas econômicas que se projeta sobre objetivos situados em um plano estrito de políticas de poder, tornar-se-á mais claro não apenas muitos aspectos da concepção mercantilista, mas também por que Adam Smith se insurgiu contra essas ideias.

2 A CONCEPÇÃO ESTÁTICA DA ECONOMIA A SERVIÇO DO INTERESSE DE PODER DE ESTADO

Durante muito tempo vigorou na Europa a ideia de que no mundo existe somente uma determinada quantidade de recursos econômicos. Com efeito, para muitos homens de negócio e influentes pensadores, a riqueza não consistia apenas em ter ouro e prata, mas sim de tê-los em proporção maior que o resto do mundo ou, pelos menos, os países vizinhos.

Provavelmente, essa concepção de riqueza derivava da experiência cotidiana das práticas comerciais, por meio das quais se aferia que as trocas produzidas na oferta e demanda sempre fazem com que alguns ganham à custa dos outros. Refletindo sobre essa questão, Montchrétien, autor do *Traicté de l'oeconomie politique*, afirmava que: “Se dice que lo que pierden unos lo ganan siempre otros. Y esto es cierto y en ningún terreno encuentra tan cumplida confirmación como en el del comercio”(MONTCHRÉTIEN, apud, HECKSHER, 1943, p. 472).

Essa concepção estática das forças econômicas ajuda a entender por que a finalidade da política econômica dos Estados Modernos consistia em debilitar economicamente a outros países, em vez de promover o crescimento econômico da própria nação.

Homens de notória índole pública e projeção intelectual como John Locke, por exemplo, apregoavam que

[...] la riqueza no consiste en tener más oro y plata, sino en tener más que el resto del mundo o más que nuestros vecinos. Esto nos permitia acumular



mayores reservas de artículos indispensables que los países y Estados colindantes con el nuestro, los cuales, participando en menor proporción de las existencias de oro y plata del mundo, carecen de los medios necesarios para procurarse el lujo y el poder y son, por tanto, más pobres (LOCKE, apud, HECKSHER, 1943. p. 469).

Francis Bacon, o eminente filósofo precursor do empirismo inglês, dizia que “hay que tener presente que el incremento de un Estado tiene que realizarse siempre a costa del extranjero, pues todo lo que se gana en una parte tiene necesariamente que perderse en outra (BACON, apud HECKSHER, 1943, p. 59).

De acordo com essa concepção, para uma nação ser ou não rica e poderosa não depende da abundância ou a escassez de suas forças ou de sua riqueza, mas sim de que seus vizinhos possuam mais ou menos forças ou riqueza do que ela mesma possuía. Por conseguinte, ser poderoso e rico é algo relativo, que pressupõe que outros sejam mais fracos e mais pobres.

Sobre isso, Colbert dizia que:

“como solo existe una determinada cantidad de plata, que circula por toda Europa y que tiempo en tiempo se vê incrementada por los envios de las Indias Occidentales, puede demostrarse con toda certeza que no existen más que 150 millones de libras de plata, las cuales circulan entre el público. No es posible aumentar en 20, 30 o 50 millones (las existencias de plata de un país) sin restar al mismo tiempo esta suma a los Estados vecinos (COLBERT apud HECKSHER, 1943, p. 473).

De acordo com Hercksher, a doutrina mercantilista visava usar os recursos econômicos para fins estritamente políticos. Contudo, não poucas vezes se enfocava também outro modo de expor a relação entre o poder político-militar e a economia a serviço do interesse de poder do Estado (HECKSHER, 1943, p. 474). Um representante emblemático desse ponto de vista foi Josiah Child, para quem a defesa da Inglaterra estava intrinsecamente relacionada à navegação e as atividades comerciais, sendo absolutamente necessário se levar em conta conjuntamente a ganância e o poder (HECKSHER, 1943, p. 475).

Vale destacar que já no limiar do século XVIII começa a ganhar força a ideia segundo a qual o comércio é a fonte da riqueza social e a premissa do fortalecimento do poder de Estado. Na verdade, não existia diferenças significativas entre os últimos mercantilistas, especialmente os ingleses, e Adam Smith. David



Hume, por exemplo, em seus *Escritos Sobre Economia* já havia proposto uma tentativa deliberada de oposição ao saber prático que marca, nesse momento, a maior parte do debate econômico. Cada um dos seus ensaios vale como uma discussão entre Hume e os defensores das crenças correntes a respeito do dinheiro, dos juros, do comércio e da formação da riqueza.

Em Hume, ao contrário do que pensavam os mercantilistas, o dinheiro deixa de ser visto como riqueza e passa a ser descrito apenas como “representação do trabalho e das mercadorias”. Em seu entendimento, “o dinheiro não é, propriamente falando, um dos objetos do comércio, mas apenas o instrumento sobre o qual concordaram os homens para facilitar a troca de uma mercadoria por outra”. (HUME, 2004, p. 435). Por isso, a maior vantagem da abundância de dinheiro se dá apenas nas ocasiões de guerras e negociações com Estados estrangeiros, para compra de mercenários e matérias-primas.

No entanto, é em seu modelo de funcionamento de um sistema competitivo e de comércio internacional que Hume deixa marcada a sua oposição ao mercantilismo. Ele afirmava que “[...] ainda persiste, mesmo em nações bem familiarizadas com o comércio, uma forte desconfiança em relação à balança comercial e o medo de que todo o ouro e a prata sejam escoados do país” (HUME, 2004, p. 470). Para Hume, somente as nações que ignoram a natureza do comércio proibem a exportação de mercadorias para conservarem dentro delas tudo aquilo que julgam valioso e útil (HUME, 2004, p. 469).

De fato, Hume chama a atenção para as inúmeras barreiras e impostos que todas as nações da Europa, e nenhuma mais do que a Inglaterra, impuseram ao comércio, por um desejo exorbitante de acumular dinheiro, e conclui que “isso priva as nações vizinhas daquela livre comunicação e troca que o Autor do mundo planejou, dando-lhes solos, climas e temperamentos tão diferentes um do outro” (PETTY; HUME; QUESNAY, p. 225).

3 RIQUEZA E PODER NA TEORIA DO ESTADO DE ADAM SMITH

Pode-se dizer que *A Riqueza das Nações* resulta de um ambicioso projeto literário que abrangeria praticamente todas as áreas de conhecimento tratadas por



Smith durante seu magistério como professor de Filosofia Moral na Universidade de Glasgow, cargo que ocupara ininterruptamente de abril de 1752 até o início de 1764. Esse curso, na época, contemplava basicamente ao que hoje corresponde às disciplinas de Ética, Direito, Princípios de Economia, Política Comercial e Finanças Públicas.

Embora se ocupe da resolução de problemas de cunho essencialmente econômico como a produtividade do trabalho e o preço das mercadorias, *A Riqueza das Nações* foi outrossim responsável por assentar as bases de uma nova Teoria do Estado de acordo com a perspectiva liberal. Ela sustenta que a supressão de todos os obstáculos que obliteram o fluxo natural das atividades produtivas proporciona um significativo aumento da riqueza nacional. Além disso, um outro ponto importante nessa obra é que o fortalecimento do Estado não corresponde necessariamente à ampliação de seu raio de intervenção política, mas coincide com o aumento contínuo de seu estoque de capital.

Ainda no último quartel do século XVIII, vigorava a ideia de que deveria haver uma abundante reserva de ouro e prata, para que, em casos de guerra, fossem convertidos em recursos voltados à sua manutenção. Sobre isso, John Locke advertia que “toda nação deve procurar, em tempo de paz, acumular ouro e prata, para que, quando a necessidade o exigir, possa ter com que fazer guerra contra seus inimigos de fora” (RN I, 1983, p. 360).

Adam Smith, por sua vez, asseverava que nem sempre é necessário acumular ouro e prata para que um país possa fazer guerra contra estrangeiros e manter esquadras e exércitos em terras distantes. Para Smith, as esquadras e exércitos não se mantêm com ouro e prata, mas com bens de consumo. Nesse caso, a nação que, da produção anual de sua indústria nacional, da renda anual proveniente de suas terras, de sua mão de obra e de seu capital consumível, tiver com que comprar esses bens de consumo em países distantes, tem condições de manter guerras nesses países (RN I, 1983, p. 367).

Em verdade, Adam Smith compartilhava, em grande medida, da teoria monetária de David Hume, para quem o dinheiro seria apenas o instrumento que os homens criaram para facilitar a troca de um artigo por outro (HUME, 2004, p. 435). Smith dizia que se o comerciante costuma achar mais fácil comprar mercadorias



com dinheiro do com outros bens, não é porque a riqueza consistiria mais no dinheiro do nas mercadorias, mas sim porque o dinheiro é o instrumento de comércio reconhecido e estabelecido como tal (RN I, 1983, p. 365).

Por conseguinte, ao contrário dos mercantilistas que pensavam que o ouro e a prata eram a base da riqueza de uma nação, Adam Smith arguia que esta não seria senão uma ideia popular que deriva naturalmente da dupla função do dinheiro, como instrumento do comércio e como medida de valor. Na linguagem popular o dinheiro, geralmente, significa riqueza. Contudo, se a descoberta da América enriqueceu a Europa, não foi por causa da importação de ouro e prata. Pelo contrário, em virtude da riqueza das minas americanas esses metais se desvalorizaram (RN I, 1983, p. 372). Além disso, ele percebeu que em consequência desses conceitos populares, todas as nações da Europa têm se empenhado, embora com pouca serventia, em descobrir todos os meios possíveis de acumular ouro e prata em seus respectivos territórios.

Decerto, para Smith, o ouro e a prata seriam apenas uma mercadoria, no sentido de que também estão sujeitas às determinações da oferta e demanda. Assim, ele chegou à conclusão de que um país que não possui minas próprias sem dúvida é obrigado a trazer de fora seu ouro e sua prata, como acontece com quem não tem vinhedos próprios e tem que importar vinhos de fora. Nesse sentido, da mesma forma que um país que tem com que comprar vinho, sempre terá à sua disposição o vinho de que necessita, assim também um país que tem com que comprar ouro e prata, nunca terá falta deles. Ademais, tal como qualquer outra mercadoria, o ouro e a prata terão que ser comprados por determinado preço, de sorte que do mesmo modo que representam o preço de todas as outras mercadorias, todas as outras mercadorias representam o preço a ser pago por esses metais (RN I, 1983, p. 363).

Posto isso, Smith conclui que,

Com plena segurança achamos que a liberdade de comércio, sem que seja necessária nenhuma atenção especial por parte do Governo, sempre nos garantirá o vinho de que temos necessidade; com a mesma segurança podemos estar certos de que o livre comércio sempre nos assegurará o ouro e a prata que tivermos condições de comprar ou empregar, seja para fazer circular as nossas mercadorias, seja para outras finalidades (RN I, 1983, p. 362).



Aliás, devido ao seu volume reduzido e ao seu alto valor, “não há nenhuma outra mercadoria que possa ser transportada mais facilmente dos lugares em que é barata para os lugares em que é cara, isto é, dos lugares em que supera a demanda efetiva para aqueles em que está aquém desta” (RN I, 1983. p. 363).

De acordo com Smith, quando a quantidade de ouro e prata importada em um país supera a demanda efetiva, não há vigilância ou controle do Governo que consiga impedir sua exportação. Por conseguinte, “nem mesmo todas as leis sanguinárias da Espanha e de Portugal seriam capazes de evitar a evasão do ouro e da prata excedentes desses países” (RN I, 1983, p. 364).

Portanto, em qualquer eventualidade, nunca a preocupação do Governo seria tão supérflua como quando está voltada para vigiar a conservação ou o aumento da quantidade de dinheiro em um país, pois embora o dinheiro sempre constitui uma parte do capital nacional, já se mostrou que ele costuma representar apenas uma parcela pequena, e sempre a parte menos rentável do capital (RN I, 1983, p. 365).

Para Adam Smith, a riqueza de uma nação não deve ser medida por seu ouro e sua prata, mas sim pelos bens e serviços reais que põe à disposição de toda sua população. Assim, enquanto os mercantilistas propunham que a riqueza da nação se lograva mediante o controle governamental de todos os aspectos do comércio, tanto nacional, quanto no exterior, Smith sustentava que a riqueza de uma nação se lograva liberando os indivíduos de tais controles, isto é, aplicando o que ele chamou de sistema de liberdade natural. Somente nessas condições os indivíduos estariam em condições de participar das duas grandes atividades promotoras da riqueza, isto é, a divisão do trabalho e a acumulação de bens ou de capital, causas últimas do crescimento do bem-estar coletivo.

Segundo Smith, é a grande multiplicação das produções de todos os diversos ofícios – multiplicação essa decorrente da divisão do trabalho – que gera, em uma sociedade bem dirigida, aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas do povo (RN I, 1983, p. 45). Ele dizia que esse grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de realizar, é devido a três circunstâncias distintas: em primeiro lugar, devido à maior destreza existente em cada trabalhador;



em segundo, à poupança daquele tempo que, geralmente, seria costume perder ao passar de um tipo de trabalho para outro; finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, possibilitando a uma única pessoa fazer o trabalho que, de outra forma, teria que ser feito por muitas (RN I, 1983, p. 43).

Na concepção de Smith, a riqueza ou o bem-estar das nações corresponde a seu produto anual *per capita*, o qual é determinado, pela produtividade do trabalho “útil” ou “produtivo” e pela relação entre o número de trabalhadores empregados produtivamente e a população total. É nesse sentido que o interesse individual é visto como a motivação fundamental da divisão social do trabalho e da acumulação de capital.

Com efeito, em um sistema de liberdade natural, o soberano deve ocupar-se apenas de três tipos de assunto evidentes e compreensíveis para qualquer pessoa. Primeiro, a tarefa de proteger a sociedade contra a violência e a invasão de outros países independentes. Segundo, a tarefa de proteger todos os membros da sociedade da injustiça ou da opressão de todos os demais membros da mesma. Terceiro, a tarefa de reconstruir e dar manutenção a certas obras e instituições públicas que são úteis, mas incapazes de gerar lucro para os indivíduos, de sorte que ninguém tem interesse em construí-las e mantê-las, sobretudo, porque sua rentabilidade nunca lhes permitiria recuperar a inversão que ditas obras lhe implicaria (RN II, 1983, p. 173).

Por tanto, Adam Smith recomenda um mínimo de funções para o governo, e adverte o perigo dos governos demasiado poderosos. Para ele as grandes nações não empobrecem por causa da prodigalidade e erros dos seus cidadãos, mas sim pela improbidade e o mau uso dos recursos pelos governantes. Em seu entendimento, é uma grande impertinência e arrogância que reis e ministros intentem vigiar a economia dos cidadãos, sob a pretensão de angariar recursos para protegê-los.

Ademais, como essas obrigações geravam gastos irrisórios para o Estado, pode-se dizer que, no contexto do século XVIII, isto é, no período de transição para a sociedade capitalista, o modelo liberal, devido, sobretudo, à sua viabilidade prática, foi bem recebido como uma proposta de Estado alternativo ao Absolutismo.



É notório que, nesse período, intensificaram-se, não obstante sobre novos fundamentos, os debates teóricos acerca da origem, legitimidade e função precípua do governo. No século XVII, Thomas Hobbes e John Locke, cada um de acordo com sua concepção de poder político, já haviam assentado as bases daquilo que se convencionou chamar de contratualismo, isto é, teorias políticas que sustentavam a tese de que o Estado originou-se do consentimento contratual dos indivíduos.

No entanto, essas teorias políticas logo inspiram calorosas polêmicas entre seus contemporâneos. Muitos pensadores e filósofos, como David Hume, questionaram a validade empírica do contrato social uma vez que não existe de fato nenhum indício que corrobore a tese de que os homens anteriormente à vigência da sociedade civil viviam num estado natural tal como Hobbes e Locke apregoaram. Na verdade, de acordo com uma perspectiva histórica, verificam-se inúmeros casos de governos que não foram estabelecidos sob cláusulas contratuais, mas sim se originaram da usurpação e da conquista, sendo, portanto, desprovidos de consentimento popular expresso.

Para Hume, por exemplo, era inconcebível buscar a legitimidade do governo em cláusulas contratuais. Ao contrário, o governo só é legítimo na medida em que cumpre uma função útil para sociedade, ou seja, proporciona uma melhor distribuição da justiça e uma maior organização de defesa contra aqueles que, estando fora da sociedade, podem atentar contra ela.

Como se sabe, grande parte da concepção de Estado de Adam Smith foi influenciada pela célebre *History of England* de Hume, a qual foi acompanhada desde o início por Smith, que, portanto, detinha conhecimento de primeira mão das teses históricas formuladas pelo amigo e correspondente (ARTHMAR, 2013, p. 2). Já em suas *Lectures*, Adam Smith, tal como Hume, sugeria que o governo somente tem legitimidade na medida em que promove a justiça e cria, portanto, as condições propícias para o desenvolvimento da nação.

Contudo, vale lembrar que Adam Smith, em sua teoria do Estado, não se propõe a explicar as causas da origem do governo e seu fundamento de legitimidade. Sua preocupação maior consistia em resolver os problemas inerentes ao papel do Estado no processo de crescimento econômico na sociedade europeia nos últimos decênios do século XVIII. Por isso, esperar que as questões políticas e



sociais contemporâneas sejam contempladas nas reflexões desse autor é sem dúvida perpetrar um crasso anacronismo.

4 O MÉTODO HISTÓRICO-LINGUÍSTICO COMO RECURSO EXPLICATIVO DO PENSAMENTO SMITHIANO

A partir de meados do século XVIII, na Escócia, a ampliação das atividades comerciais e manufatureiras, juntamente com a intensificação da divisão do trabalho e da economia monetária começava a ser recebida de forma positiva por parcela crescente da opinião letrada.

Entre o seletto grupo de intelectuais que se convencionou chamar de “Iluminismo Escocês”, dentre os quais se destacam Francis Hutcheson, David Hume, Richard Cantilon, Sir James Steuart, John Monro, intelectual de renome responsável pelo curso de Medicina em Edinburgo; James Hutton, o geólogo; MacLauren, interprete de Newton; John Playfair, William Leechman, entre outros (Taylor, 1965, p. 5), circulava o discurso segundo o qual o comércio e o conseqüente alastramento da economia monetária e da divisão do trabalho criavam um tipo de laços de dependência recíproca que era benéfico para todos, pois a interdependência dificultaria que as pessoas ou grupos dispensassem os serviços uns dos outros, de sorte que tal percepção acabaria ajudando a preservar o equilíbrio constitucional (POCOCK, 2003, p. 17).

Como foi exposto acima, nesse período, maior parte dos pensadores escoceses eram veementes críticos do mercantilismo, pois acreditavam que a expansão da manufatura e do comércio livre seriam a *conditio sine qua non* da riqueza das nações, e essa, por sua vez, a condição necessária do sucesso político e militar do país, já que só uma nação rica materialmente poderia bancar os custos exponenciais da guerra profissional moderna.

Nesse sentido, pode-se melhor compreender a obra capital de Adam Smith, se inseri-la no contexto das rápidas transformações que caracterizaram o século XVIII. Para tanto, tomar-se-á como referencial teórico a contribuição de Pocock, em seu intuito de desvendar as linguagens políticas operantes nos países de língua inglesa no século XVIII, tendo como balisa não os autores, em si mesmos, mas os



termos-chaves que constituiriam o cerne de uma determinada *langue* comum nesse período.

Em seus estudos sobre a reconstrução do pensamento político inglês, Pocock ocupou-se da análise e da reconstrução do discurso político produzido por atores históricos, como Adam Smith, que direta ou indiretamente estavam engajados na ação política de seu tempo. A reconstrução desses discursos é uma tarefa bastante complexa, pois envolve não só delimitar a época e o lugar no qual supostamente operaram, mas também estudar, nessas fronteiras, tanto os grandes autores – o que hoje chamaríamos de “clássicos” – quanto os autores menores.

Para Pocock, o exame do maior número e variedade de autores supostamente situados num mesmo contexto, por diminuto que seja o fôlego intelectual de suas obras, é decisivo para conhecer a linguagem política e econômica usadas na época. O desvendamento dessa gramática ajuda a entender por que esse ou aquele autor poderia ser considerado um clássico – por conta, por exemplo, dos *lances* mais ousados ou consistentes que vieram a realizar no interior da trama linguística em que estavam situados.

De acordo com Pocock, a linguagem que um autor emprega já está em uso (POCOCK, 2003, p. 29). No entanto, uma vez que as linguagens têm como atributos tanto a continuidade, quanto a transformação, um autor como Adam Smith pode ser considerado tanto o expropriador, tomando a linguagem de outros e usando-a para seus próprios fins, quanto o inovador que atua sobre a linguagem de maneira a induzir momentâneas ou duradouras mudanças na forma como ela é usada.

Vale lembrar que o termo linguagem deve ser entendido aqui mais no sentido retórico do que institucional, ou seja, trata-se de um modo de enunciação disponível a uma série de autores como recurso cultural. Por isso, cada contexto linguístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual o próprio autor se situa (POCOCK, 2003, p. 37). Na verdade, esse contexto linguístico se constitui de jargões profissionais de juristas, teólogos, filósofos, comerciantes etc, que foram incorporados como legítimos e, portanto, integrantes do universo do discurso político.

Conforme Pocock, todo discurso político é animado por necessidades do presente. Nesse sentido, a linguagem empregada pelos atores do século XVIII respondia a problemas específicos de seu contexto histórico (POCOCK, 2003, p.



37). De fato, como foi visto acima, já existia na época de Smith uma linguagem como recurso cultural disponível para efetuar seus atos inovativos de enunciação. Tal vez isso explica, em certa medida, o impacto de sua obra capital.

Certamente, seu maior legado repousa no fato de que, mesmo sendo um pensador situado em um contexto histórico e linguístico específicos, Adam Smith não apenas valeu-se da linguagem ou linguagens disponíveis em sua época, como também empreendeu uma inovadora *performance* no discurso político liberal, ao propor limitar a área de atuação do Estado no que diz respeito à produção da riqueza nacional.

REFERÊNCIAS

- ARTHMAR, Rogério. Hume, Smith e as etapas da sociedade comercial. **Anais do 41º Encontro Nacional de Economia ANPEC**. Disponível em <http://www.anpec.org.br/novosite/br/encontro-2013#AREA_1>. Acesso: 20 fev. 2014.
- BACON, F. **Essay. nº15, Of Seditious and Troubles** (Ed. WRIGHT).
- CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama. **Adam Smith e seu contexto: O Iluminismo escocês**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.
- NAPOLEONI, Claudio. **Smith, Ricardo e Marx**. 6. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- HECKSCHER, Eli F. **La Epoca Mercantilista: Historia de La organización y las ideas económicas desde El final de La Edad Media hasta La Sociedade Liberal**. (Versión española de Wenceslao Roces), Fondo de Cultura Economica, México, 1943.
- HUME, David. **Ensaio morais, políticos & literários**. Rio de Janeiro: Liberty Fund: Topbooks, 2004.
- POCOCK, J. G. A.; MICELI, Sergio. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- PETTY, William; HUME, David; PETTY, William; QUESNAY, François. **Obras económicas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. xvii, (Os Economistas).
- SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- TAYLOR, W. L. **Francis Hutcheson and David Hume as predecessors of Adam Smith**. Duke University press, Durham, North Carolina, 1965.
- MONTCHRÉTIEN, **Traicté de l'économie politique** (Ed. original, Rouen, 1615, tomo II).
- LOCKE, J. **Some Considerations of the Consequences of the Lowering of Interest**, etc. (in Several Papers Relating to Money, Interest and Trade, etc., Londres, 1696).